

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 21 de outubro de 1999

Ano 1 Nº 11

TV Assembléia vai ao ar na próxima segunda-feira

A Assembléia Legislativa dá início, nesta segunda-feira, 25, às operações em caráter experimental da TV-AL, a TV do povo catarinense, inaugurando mais uma etapa do processo de democratização da informação.

Inicialmente, a TV-AL estará sendo transmitida pelas operadoras de TV a cabo de Florianópolis, Net e TVA.

O uso de uma tecnologia de ponta, desenvolvida pela empresa catarinense Digilab e já adotada pelas maiores operadoras do País de TV a cabo, permite à Assembléia Legislativa iniciar estas operações com custos bastante econômicos.

A TV Assembléia inicia modestamente, com poucos recursos de produ-



ção, mas com o desejo de aproximar e abrir o debate com os catarinenses, que a partir de agora poderão acompanhar e opinar sobre o trabalho de seus 40

representantes no Legislativo Estadual.

Mesmo tendo o direito de usar este canal de comunicação direta com a sociedade, através das operações de TV cabo, a Assembléia ainda não colocou sua TV no ar pelos altos custos dos sistemas convencionais. A tecnologia digital adotada, apesar de algumas limitações, viabilizou o projeto da TV Assembléia.

O primeiro programa irá ao ar na tarde de segunda-feira, quando o presidente Gilmar Knaesel e os demais deputados interromperão a sessão e sintonizarão a TV Assembléia. A equipe da TV-AL está sendo formada principalmente com funcionários da própria Casa.

Continuam os depoimentos na CPI do BESC

O atuário da Fusesc Altair Hoepers depôs na CPI, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL) e tendo na relatoria o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), nesta segunda-feira, explicando como funciona o plano de benefícios concedido ao pessoal inativo do banco. Ele informou que os benefícios definidos passam por uma revisão a cada ano, levando-se em consideração a massa de servidores, a distribuição salarial e por idade, assim como o valor da contribuição ao INSS. Também revelou que o período mais crítico da Fundação foi registrado em 1997, já que não havia ingresso de funcionários desde 1985 e o número de aposentadorias foi grande no período, chegando a um déficit técnico de R\$ 47,5 milhões.

O depoente afirmou ainda que em setembro de 98 eram necessários R\$ 262 milhões para manter o plano de benefícios definidos aos funcionários do sistema BESC, relatando que a atual diretoria pediu alteração deste plano no dia 16 de abril deste ano. Hoepers salientou que o plano pode ser mantido com a emenda constitucional que

federalizou o banco, informando que prevê comprometimento de 13,5% da folha de pagamento das empresas do sistema BESC em novembro próximo, chegando a 18,88% em novembro de 2003.

Diligências

Em mais um dia de depoimentos os deputados ouviram o diretor-superintendente da Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social, Vanio Boeing.

Na opinião de Agostini, esse foi o depoimento mais lúcido até o momento. O diretor atribuiu a situação falimentar do BESC ao Plano Real, afirmando que até 1994 o banco tinha uma ótima lucratividade e depois desse período o lucro diminuiu e as despesas continuaram. Também culpou a mídia pelo desgaste da imagem do banco.

Sobre os números do Banco Central para o saneamento do BESC, inicial-

mente de R\$ 250 milhões e que com a federalização subiram para R\$ 2,2 bilhões, Boeing foi enfático: “Economicamente esse volume de recursos não tem explicação – apenas política. Como não sou político e sim economista, não tenho maiores comentários a respeito.”

O fato novo da CPI é uma diligência marcada para a próxima segunda-feira (25), às 10 horas. Os deputados da Comissão decidiram ir até a sede do BESC para buscar informações sobre os Créditos em Liquidação. O relator da CPI, deputado Ronaldo Benedet (PMDB) informou que essa medida foi tomada porque até o momento a diretoria do banco não enviou informações solicitadas há quase 60 dias. “O Banco Central diz que o volume de CL’s atinge R\$ 800 milhões. Queremos saber onde está esse volume”, finalizou o relator.

Audiência Pública discute PLAM na Comissão de Saúde

Página 4

Comissão do Orçamento Regionalizado reunida em Canoinhas e Joinville

Página 8

OPINIÃO

Centro paleontológico de Mafra



A descoberta de novos sítios fossilíferos em todo mundo sempre motivou estudos e pesquisas por parte de geólogos, cientistas, professores e estudantes, a respeito da história de animais e vegetais que habitaram o nosso planeta há milhões de anos. Embora poucos tenham conhecimento, as regiões de Mafra (SC) e Rio Negro (PR) possuem uma riqueza extraordinária em seu subsolo, com excelentes evidências de acontecimentos que afetaram o nosso planeta.

A partir dessas constatações, a Universidade do Contestado – Campus de Mafra, em parceria com outras universidades brasileiras e com a Prefeitura do município, criou em 1997 o Centro Paleontológico de Mafra (Cenpáleo). Trata-se de um projeto científico, educacional e turístico, fundamentado na riqueza paleontológica e geológica, concentrada nos estados de SC e PR.

Nesse período, o Cenpáleo já forneceu cursos, palestras, preparando técnicos e a população para esse empreendimento.

Também organizou simpósios, exposições paleontológicas em vários locais, recebendo visitantes do Brasil e do exterior. O Centro possui uma enorme coleção de rochas, fósseis e outros materiais correlatos, catalogados e preservados para a pesquisa e para o Museu da Terra e do Mar. Mesmo restrito a apenas uma sala cuja estrutura museológica é simples e provisória, o museu vem atraindo um número considerável e crescente de visitantes.

Por tudo isso, no ano passado, a região de Mafra foi reconhecida pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos (Sigep) como uma das 62 localidades mais importantes do Brasil. Não podemos negar que, sob o ponto de vista turístico, a permanência do Centro e do Museu em SC contribuirá para o reconhecimento internacional e o desenvolvimento educacional e científico catarinense.

Dessa forma, estamos reivindicando o apoio institucional e financeiro da secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, para que o Cenpáleo mantenha suas atividades no Estado e não seja transferido para o Paraná.

Deputado Luiz Herbst (PMDB)

PSDB: um partido que cresce



Mesmo com todos os desencontros que aconteceram neste ano, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cresceu consideravelmente, aumentando seus quadros com lideranças expressivas de todos os segmentos, demonstrando que o PSDB é um partido policlassista.

O crescimento que o partido demonstrou até o dia 30 de setembro, data-limite para a troca de partido para quem quer ser candidato nas eleições municipais, com certeza será coroado de êxito no próximo ano com algumas lideranças detentoras de mandato que já manifestaram o desejo de entrar para nosso ninho em 2000, demonstrando que o PSDB possui um projeto audacioso para as eleições de 2004.

O meu trabalho tem sido no sentido de motivar os companheiros quando das visitas que tenho feito nos municípios catarinenses.

Posso afirmar que somente neste ano, já percorri mais de 200 cidades tendo viajado todos os finais de semana, visitando uma média de 7 a 8 municípios, aproveitando também para ouvir as reivindicações e auxiliar os companheiros na busca de novas filiações.

Procurei realizar nos novos municípios um trabalho de criação do PSDB, principalmente na minha região, o Meio-Oeste, visando com isto o fortalecimento da sigla, com o objetivo maior que será o aumento do número de prefeitos, vices e vereadores.

De tudo isso, tenho a certeza que o meu trabalho é fazer com que o partido unido e coeso, siga sua trajetória, pois, “tenho agüentado firme na trincheira, porque tenho linha, sei o que quero e o que o PSDB quer, sempre lembrando que o tamanho do PSDB de amanhã dependerá do nosso desempenho nas eleições do ano 2000”.

Deputado Jorginho Mello (PSDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas

Fotografia: Jonas Lemos Campos,

Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Gilmar Knaesel fala sobre a TV Assembléia

“A TV Assembléia está sendo criada para ser um instrumento democrático e mais um veículo integrado a serviço da sociedade catarinense, da justiça, da fraternidade e da paz”, declarou o Presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), ressaltando que “vamos fazer desta tribuna popular a motivadora das transformações sociais e econômicas que elevem todos os que aqui vivem a destinos melhores”.

Para o presidente, a TV-AL vem para ser o canal de comunicação que divulga a informação, além de ser um espaço popular e plural, comprometido com a conquista de melhores tempos, onde a opinião seja respeitada, onde a igualdade de oportunidades alcance o maior número de cidadãos e a justiça social seja produto da compreensão, da solidariedade e da conquista coletiva.

Segundo ele, “em um tempo onde a comunicação e a cibernética lançam



Presidente Gilmar Knaesel

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

nosso olhar para um novo ponto de vista, em que a comunicação é o centro nervoso por onde fluem a corrente de informações permanentes e sem interrupções, a atividade política toda depende da comunicação, nas relações

internas e externas”.

A informação é, em última análise, a função reguladora do sistema político, incentivando a criatividade na busca de soluções coletivas em benefício dos catarinenses, concluiu Knaesel.

Atividades do projeto Brasil: 500 anos

O deputado Ivan Ranzolin (PPB) que preside o grupo de trabalho do projeto Grande Luso do Sul - Santa Catarina/ Brasil: 500 Anos, apresentou à Comissão Estadual para as comemorações dos 500 anos do descobrimento, um elenco de sugestões. Mais do que uma comemoração festiva, as atividades dos 500 anos de descobrimento devem estar voltadas para obtermos resultados culturais, em benefício da sociedade. “Temos de conhecer e buscar na história os bons exemplos para que as novas gerações não repitam os mesmos erros”, disse.

Ranzolin defendeu a necessidade dos municípios serem incentivados a resgatar a sua história. “Foram os municípios que receberam os colonizadores e é o resgate da história que possibilitará aos jovens conhecerem e valorizarem suas raízes. Às universidades compete promover trabalho cultural junto à sociedade. A festa dos 500 anos deverá ser o resultado da mobilização coletiva voltada para o conhecimento e valorização da nossa história”, observou.

Presidente propõe cooperação para superar problemas regionais

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Gilmar Knaesel, está sugerindo ao Parlasul – Parlamento do Sul, que congrega as Assembléias Legislativas da região Sul e Mato Grosso do Sul, a participação do Creceneia - entidade que congrega seis províncias da Argentina e o Sul do Brasil na busca do desenvolvimento integrado, junto ao Parlamento do Sul, nos moldes do Sistema Codesul e a inclusão do tema “O atual momento do Mercosul”.

Knaesel, que reassume a presidência do Parlasul em janeiro, transferida no mês passado para o presidente da AL/RS deputado Paulo

Odone, está convicto da necessidade de promover através da cooperação, o desenvolvimento regional integrado, potencializando ações em torno de questões comuns, definindo planos, programas e projetos prioritários, através de uma estratégia conjunta.

Outro assunto em pauta na reunião em Curitiba, sexta-feira 22, é a missão que segue à Itália, em novembro, para o Fórum da Agricultura Tri-Vêneta/ Sul Brasil, integrada por deputados, técnicos, representantes de cooperativas e governos dos estados de SC, PR e RS, totalizando 30 participantes. Knaesel também participa no mesmo dia da reunião da Unale, que congrega todas as Casas Legislativas do País.

**Através da
cooperação
podemos promover
o desenvolvimento
regional integrado,
potencializando
ações em torno de
questões comuns.**

COMISSÕES

Audiência Pública para discutir PLAM

O Plano de Assistência Médica dos Servidores Públicos Estaduais – PLAM, estabelecido através de contrato de gerenciamento, por seis meses, entre o Ipesc e a Unimed foi o tema central da Audiência Pública da Comissão de Saúde ocorrida nesta semana. O requerimento foi da deputada Ideli Salvati (PT), vice-presidente da Comissão de Trabalho e do deputado Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde.

Além dos secretários Celestino Secco, da Administração e Antonio Carlos Vieira, da Fazenda e do presidente do Ipesc, Eloy Ranzi, mais de 20 entidades estiveram presentes, entre elas representantes de entidades médicas, clínicas, Unimed, trabalhadores na Saúde e na Educação.

O PLAM entrou em funcionamento no dia 1º de outubro, mas muitas dúvidas cercam o assunto. O contrato foi estabelecido entre o governo do Estado e a Federação da Unimed, mas a operacionalização é feita pelas singulares da Unimed,



Secretários de Estado e Presidente do Ipesc explicam o PLAM

que são as unidades dos municípios onde a cooperativa de médicos atua. Entidades como a Federação dos Hospitais de Santa Catarina reclamam a falta de diálogo com a Unimed. Tércio Karsten, presidente da Federação denuncia que em Itajaí a Unimed está sendo negligente. “Na hora de fazer exames eles transformam laboratórios de análises clínicas em postos de coleta, para que esses exames sejam feitos pelas singulares da Unimed. Em Chapecó, tam-

bém está ocorrendo cobrança irregular de taxa administrativa. Temos papéis que comprovam isso”, afirmou.

Por outro lado, o presidente da Unimed de Florianópolis, Almir Gentil declarou “ter grande experiência na área para resolver os problemas que estão ocorrendo”, apesar de não ter contestado de forma concreta as denúncias apresentadas. Informações prestadas pelo presidente do Ipesc são que atualmente cerca de 130 mil pessoas já aderiram ao novo plano (entre

titulares e beneficiários), mas para os servidores estaduais o grande problema enfrentado é a dificuldade em conseguir atendimento com médicos especialistas. Jânio Silva, do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Florianópolis disse que o problema é ainda mais grave, e denunciou que dias atrás foi negado atendimento a uma criança dependente do PLAM, num hospital público da Capital.

Segundo representantes dos hospitais e entidades médicas, a dívida do governo do Estado com os prestadores de serviços, referente ao exercício de 99, no valor de R\$ 5 milhões, já foi quitada, mas os R\$ 22 milhões do ano de 98 ainda não foram pagos. A deputada Ideli indagou aos secretários estaduais sobre a receita e a despesa do governo relativa ao mês de outubro e foi informada que a receita atingiu R\$ 13,8 milhões e a despesa foi R\$ 11 milhões. No entanto, não lhe foi respondido porque o governo, apesar de existir sobra de caixa no Ipesc e no Tesouro do Estado, não efetua os pagamentos para as entidades médicas e os pensionistas.

(fotos: Jonas Lemos Campos)

Agricultura preocupada com denúncias na suinocultura

As denúncias veiculadas na imprensa de que produtores de suínos estavam alimentando os animais nos lixões, foi debatida em reunião na Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB).

Os parlamentares decidiram enviar documento aos órgãos governamentais responsáveis pelo controle da qualidade de abate de suínos no Estado para tomarem medidas a respeito das notícias.

Segundo o deputado Neodi Saretta (PT), o trabalho da

Comissão é mostrar que “este é um fato isolado”. Informou que no Estado a produção é de 4,5 milhões de suínos e este caso envolve em torno de 300 a 400 animais. Saretta defendeu os suinocultores afirmando que esta não é a realidade nem nos grandes nem nos pequenos abatedouros.

Para o parlamentar é necessário desenvolver ações para que sejam evitados prejuízos às mais de 15 mil famílias envolvidas na produção.

Transportes quer solução para SC-401

Com objetivo de buscar solução para o impasse nas obras de conclusão da rodovia SC-401, a Comissão de Transportes solicitou a elaboração de parecer técnico e jurídico do contrato de licitação e concessão da estrada.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Ciro Roza (PFL), o relatório apresentado pelo presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva comprova que não houve irregularidade no contrato, mas sim atraso no processo de desapropriações ao longo do trecho, que baseado

no contrato ficou a cargo do governo do Estado. Outro problema apontado pelo parecer foi relativo à isenção na cobrança do pedágio para os moradores do norte da Ilha, que não constava inicialmente do contrato. A lei autorizando a isenção foi aprovada após assinatura da licitação, portanto fugiu do planejamento da Engepassa.

Após receber o relatório final, Roza dará conhecimento aos deputados para uma avaliação geral. “A finalidade da Comissão é ser parceira no sentido de contribuir para solucionar o impasse”, falou.

COMISSÕES

Bancada do PMDB apresenta substitutivo ao projeto do Prodec

A bancada do PMDB apresentou, um substitutivo global ao Projeto nº. 285/99, que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec). "A diferença do nosso substitutivo para o projeto do governo é que ele contém mecanismos que beneficiam as microempresas e os municípios, normalmente ignorados no repasse dos recursos. Queremos corrigir essas falhas e aperfeiçoar o projeto", justifica o líder, deputado Herneus de Nadal.

Ele garante que a bancada vai atuar diretamente na redação final do Prodec, antes da votação em Plenário. "O substitutivo foi apresentado nesse sentido. Queremos o debate e a participação das microempresas, responsáveis por aproximadamente 500 mil empregos".

Das alterações previstas em relação

ao projeto original, o substitutivo do PMDB prevê maior participação da sociedade no Conselho Deliberativo, pois a matéria do governo é anti-democrática ao restringir a participação de representantes de setores produtivos e dos Poderes, afirma.

O texto da bancada propõe que os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Fadesc) sejam aplicados na implantação, expansão, modernização e reativação de empreendimentos privados, contribuintes ou não do ICMS. O projeto do governo admite apenas a distribuição dos recursos entre as empresas que contribuem com o ICMS. Entre as empresas incluídas na proposta estão as micro e pequenas empresas, de turismo e empreendimento, de informática e novas tecnologias, comércio exterior e sua

infraestrutura, agricultura e agro-indústria, cooperativas e associações rurais, além da possibilidade de incentivo à produção rural em regime de economia familiar ou pesca artesanal. Reserva ainda, no mínimo, 15% dos recursos para aplicação em projetos de micro e pequeno porte.

Outra inovação no projeto da bancada do PMDB é o repasse de 25% do total arrecadado pelo Fadesc aos municípios. "A verdade é que os nossos municípios sempre permaneceram à margem da distribuição dos recursos. Precisamos rever essa distorção, uma vez que muitas empresas utilizam os serviços oferecidos pelas prefeituras desde a implantação até o processo produtivo". Esse mecanismo de ressarcimento contempla também os Poderes, o Ministério Público e a Udesc.

Mantelli busca subsídios para revisão do Regimento Interno

A criação de Comissão Provisória com objetivo de promover estudos visando subsidiar alterações no Regimento Interno da Casa, determinada por resolução da Mesa Diretora, abriu nova frente de atuação parlamentar.

Defensor de um amplo aperfeiçoamento do processo legislativo, o deputado Jaime Mantelli (PDT) vem se envolvendo com o assunto, buscando no intercâmbio com outros Parlamentos estaduais subsídios para, como diz, "tornar a estrutura mais funcional, leve e ágil".

Entre pontos que poderão ser revistos, no entendimento do líder pedetista, estão os prazos de tramitação de matérias, o redimensionamento das comissões permanentes e a recomposição da estrutura da sessão plenária. Mantelli também destaca a necessidade de valorização dos acordos de lideranças, "para formalizar este procedimento ou criar um colégio de líderes, que inclua líderes e a Mesa Diretora".

A resolução que criou a Comissão fixa 60 dias de prazo para desenvolvimento dos trabalhos, a partir de 13

de outubro. Por isso, foram agilizados contatos com outras Assembléias Legislativas, com a finalidade de colher informações que possam ajudar no encaminhamento de uma proposta.

Mantelli e os deputados Francisco de Assis (PT) e Milton Sander (PPB) mantiveram encontros com parlamentares gaúchos e paranaenses. Foram visitados, além de líderes partidários, os presidentes das assembléias do Rio Grande do Sul, Paulo Odone, e do Paraná, Nelson Justus.

Nesta quinta-feira, 21, Mantelli e Sander estarão em Belo Horizonte, para debater o tema com o presidente da Assembléia Legislativa daquele Estado, Anderson Aduato. O pedetista também programou visita ao líder de seu partido naquele Parlamento, deputado Benê Guedes.

A Comissão que busca aperfeiçoamentos no Regimento Interno conta, além de Mantelli, com os deputados Milton Sander (PPB) e Ronaldo Benedet (PMDB). O atual Regimento data de dezembro de 1989, motivo pelo qual, ao completar dez anos, carece de atualização na visão dos deputados.

Comissão Permanente de Turismo e Lazer

O deputado Wilson Wan-Dall, líder do PFL na Assembléia Legislativa retomou esta semana as negociações junto ao Governo, com a intenção de incrementar o turismo em Santa Catarina. Levando em consideração que este setor é uma das grandes prioridades do Estado, o deputado está solicitando que sejam feitos estudos no sentido de elaborar um projeto de resolução para se criar uma Comissão Permanente de Turismo e Lazer.

Wan-Dall explica seu pleito dizendo que "o turismo tem, nos últimos tempos, se tornado um importante instrumento de fortalecimento da economia de alguns municípios e do nosso Estado. Há inclusive projeto do governador Amin em trazer para o Estado os benefícios do Prodetur (Programa de Desenvolvimento Turístico), que hoje atende as regiões Norte e Nordeste do País", justificou o parlamentar.

PLENÁRIO

Comin quer a inclusão da Usitesc no Projeto Avança Brasil

O estudo de viabilidade para a construção da Usina Termelétrica Catarinense SA – Usitesc – no município de Treviso, feito por duas empresas de consultoria norte-americanas e que utilizará carvão da região, foi apresentado pelo deputado Valmir Comin (PPB) em reunião realizada hoje, na Fiesc, para tratar do Plano Plurianual de Investimentos do Governo Federal, também conhecido como Projeto Avança Brasil. O encontro foi promovido pelo governo do Estado e Federação das Indústrias de Santa Catarina e contou com a presença do ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares e por parlamentares integrantes do Fórum Catarinense em Brasília, além de autoridades da área estadual.

Acompanhado de representantes do Sindicato dos Mineradores de Santa Catarina, Comin entregou aos componentes do Fórum Parlamentar Catarinense, presentes ao encontro, a solicitação formal para a inclusão da Usitesc no Orçamento da União para o próximo ano. Ao defender o empreendimento, o deputado garante que a concretização daquela obra representará o resgate econômico, social e ambiental do Sul Catarinense. A usina está orçada em 540 milhões de dólares e terá potência bruta de 400 megawatts e potência líquida de 364 megawatts.

“Seja ou não incluída no Orçamento Federal, a obra deverá sair de qualquer maneira, dada a sua enorme importância para Santa Catarina. O local escolhido se deve ao fato de em Treviso existir uma das maiores jazidas de carvão do país, a



Deputado Valmir Comin

camada Rio Bonito, que tem de três a quatro metros de espessura. O projeto está sendo tocado com a parceria das carboníferas Criciúma e Metropolitana, envolvendo as dez mineradoras da região e parcerias norte-americanas.” disse Comin.

A previsão é de aquela usina gerar de 1.500 a 2 mil empregos diretos. Pretende vender toda produção aos governos federal e estadual. Será um empreendimento “altamente ecológico, pois queimará o rejeito piritoso e os gases serão tratados pela unidade que produzirá o sulfato e o nitrato de amônia, a serem utilizados na fabricação de fertilizantes”. Comin acredita que o carvão catarinense não esgotou suas potencialidades, mas ainda poderá atingir o auge. “A energia produzida pela Usitesc poderá atender até a região Sudeste, especialmente São Paulo”.

Barragem São Bento

A construção da Usitesc não prejudicará o andamento de outro projeto de grande porte para a região Carbonífera, que é a Barragem do Rio São Bento, no município de Siderópolis, cujo edital já foi lançado pelo governo do Estado. Comin destaca a importância daquela barragem, lembrando que no perímetro urbano da região Carbonífera existem 4.500 lotes considerados inviabilizados para habitação por falta de água. “A barragem do rio São Bento resolverá esse problema de abastecimento de água potável e servirá de incremento à rizicultura, à piscicultura e ao turismo, uma nova e importante fonte de renda para a região”.

Onze municípios serão diretamente beneficiados pela barragem: Siderópolis, Criciúma, Treviso, Maracajá, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza e Urussanga. Comin adianta que a barragem possibilitará além do abastecimento à população, a irrigação de 2.500 hectares de cultura de arroz. O abastecimento à população local passará dos 268 mil habitantes atuais para cerca de 633 mil habitantes. A obra está orçada em 25 milhões de dólares. Segundo Comin, o projeto foi concluído em fevereiro passado pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Extremo-Sul, que o entregou à Casan. “Enquanto a obra não sai, a alternativa para minimizar o problema de abastecimento de água na região é a transposição do rio Mãe Luzia, que se constitui numa medida apenas paliativa”, concluiu o deputado.

Horários para vestibular

Aprovado projeto do deputado Adelar Vieira (PFL), que estabelece períodos para a realização de concursos destinados a provimento de cargos públicos e exames vestibulares no Estado. Pelo projeto as provas deverão ser realizadas de domingo a sexta-feira, podendo acontecer aos sábados desde que candidatos que alegarem convicções religiosas possam fazer as provas somente após as 18 horas. Determina, também, abonos para as faltas de alunos que, por crença religiosa, estejam impedidos de frequentar as aulas ministradas às sextas-feiras após as 18 horas e aos sábados até as 18 horas.

Cesar Souza propõe programa “Jovem Deputado”

Sempre voltando seus esforços para a comunidade, o deputado Cesar Souza (PFL) tem trabalhado para que o jovem conheça um pouco mais sobre o trabalho do Legislativo e do parlamentar. É de sua autoria projeto de lei que institui, na Assembléia Legislativa, o evento “Jovem Deputado”.

De acordo com o projeto, poderão participar do evento alunos a partir da sétima série do primeiro grau ao terceiro ano do segundo grau matriculados em estabelecimentos escolares da rede pública ou privada de Santa Catarina. O projeto visa propiciar aos estudantes o

conhecimento das atividades parlamentares, com a realização de uma sessão plenária feita pelos próprios estudantes, cujo resultado será enviado à Mesa Diretora da Casa a título de sugestão e à qual caberá deliberar sobre a procedência do assunto enviado.

Cesar explica que “apesar de a proposta não ser inovadora, a mesma consistirá em um esforço de integrar o Poder Legislativo à comunidade. A Assembléia tem estreitado cada vez mais suas relações com a sociedade e o programa proposto ampliaria e enriqueceria ainda mais esta natural e necessária comunicação”.

Reno Caramori busca inclusão da BR-282 no Orçamento 2.000

A Assembléia aprovou moção do deputado Reno Caramori (PPB), presidente da Comissão de Serviços Públicos, endereçada aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília e ao presidente da Comissão Mista do Orçamento da União para o ano 2.000, deputado federal Lael Varella, no sentido de serem incluídas emendas no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento da União para o próximo ano, assegurando recursos para construção e restauração de trechos da rodovia BR-282. No total, as emendas somam R\$ 37 milhões e 700 mil.

A reivindicação foi encaminhada aos 16 deputados federais e aos três senadores do Fórum, além do deputado

Lael Varella. As emendas pedem recursos para a construção e restauração dos seguintes trechos da BR-282: de Lages a São José do Cerrito (35,848 km), com valor previsto de R\$ 5.813.712,17; São José do Cerrito (Km 70,570) a Vargem (Km 16,650), com 53,920 km de extensão, e com o valor previsto de R\$ 24.507.602,00; trecho Vargem (Km 16,650) ao entroncamento com BR-470 e com 16,650 quilômetros de extensão, tendo o valor previsto de R\$ 6.332.462,00; e, por fim, trecho Viaduto (Km 72 + 707) a Alfredo Wagner (Km 104 + 157), com 31,450 quilômetros de extensão, e com o valor previsto de R\$ 6.892.814,73.

Mantidos vetos ao projeto de federalização do BESC

Os deputados mantiveram o veto parcial do governador Esperidião Amin ao projeto de lei 248/99 que transferiu o controle acionário do BESC para a União. O governador vetou as emendas do deputado Jorginho Mello (PSDB) garantindo a manutenção das agências pioneiras e o emprego dos funcionários do BESC após a federalização do banco, alegando

inconstitucionalidade. O deputado Ivan Ranzolin (PPB), relator da matéria na Comissão de Justiça, deixou a decisão a critério do Plenário. O governador informou que, para garantir as agências pioneiras encaminhou, tanto ao Orçamento quanto ao Plano Plurianual, emendas para possibilitar a manutenção das agências.

“Grito das Águas”

O Plenário aprovou moção, a ser encaminhada a autoridades federais, do líder da bancada estadual do PT, deputado Francisco de Assis contra o regime de “urgência constitucional” na tramitação do projeto de lei número 1617/99, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas, entidade federal de coordenação e apoio do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos “Esse projeto ainda não foi discutido com profundidade

pela sociedade”, e sua tramitação em “urgência constitucional” não permite a manifestação dos segmentos envolvidos com a luta pela preservação das águas, argumentou o deputado.

Com base nas discussões de que tem participado com integrantes da Coordenação Nacional do Movimento “Grito das Águas”, o deputado Assis considera fundamental o posicionamento dos parlamentares catarinenses.

Proposições

Deputado Neodi Saretta (PT) ao Presidente da Telesc, para que seja implantada uma central telefônica na comunidade de Ouro Verde, município de Guaraciaba.

Deputado Onofre Agostini (PFL) ao Ministro dos Transportes e ao Diretor Geral do DNER, sobre a realização de obras para atenuar o traçado da curva localizada no Km-180 da BR-116, no município de São Cristóvão do Sul.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a construção de uma ponte pênsil na estrada que liga o centro de da cidade de Rio do Oeste à localidade de Ribeirão Café.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao Ministério da Previdência e Assistência Social e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos solicitando renovação dos convênios para encaminhamento dos kits de benefícios aos segurados da Previdência.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao Ministro da Saúde solicitando informações sobre se houve repasse de dinheiro do Ministério através do SUS à Prefeitura de Criciúma. Se houve, qual o valor repassado mês a mês nos últimos sete anos.

Deputado Luiz Herbst (PMDB) ao Superintendente do Banco do Brasil providências para disponibilizar crédito para o custeio/lavoura, nos municípios de Papanduva e Major Vieira.

Derrubada de veto garante a militares direito a licença especial

A derrubada do veto total ao projeto de lei complementar 01/99 consolidou, nesta semana mais uma conquista para os policiais e bombeiros militares. Por maioria o Plenário garantiu a equiparação dos servidores militares aos civis no direito de concessão de licença especial para o exercício de cargo de direção ou representação em entidades da categoria.

O projeto que agora torna-se lei, de autoria do deputado Jaime Mantelli, atende reivindicação da categoria, que sofria discriminação em relação ao restante do funcionalismo estadual. Serão beneficiados dirigentes do Centro Social de Cabos e Soldados e da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar.

A licença especial, com remuneração integral e sem prejuízo da situação funcional dos beneficiados, é válida até o término dos mandatos dos dirigentes de associações, desde que as entidades que representam estejam com suas situações perfeitamente regularizadas.

“O governo não contestou o mérito do projeto, apenas considerou que havia vício de origem, motivo pelo qual solicitei o apoio dos demais deputados”, explicou Mantelli em Plenário, ao defender a derrubada do veto. “A exemplo dos direitos desfrutados pelas associações de funcionários públicos civis, agora as entidades representativas de militares também terão dirigentes com dedicação exclusiva”, complementou o deputado.

Para os primeiros mil associados, um dirigente será liberado. E mais um a cada 500 associados que excederem a mil. “É mais um passo para que as entidades associativas se aperfeiçoem”, explica o deputado Mantelli. “Com dedicação exclusiva, os dirigentes poderão exercer suas tarefas com mais eficiência, o que é um desafio às organizações dos militares, para que no futuro possam ter encaminhamentos cada vez mais positivos em favor da categoria”, ele completa.

ESPECIAL

Lideranças do Planalto Norte e região Nordeste reiteram apoio ao Orçamento Regionalizado

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e lideranças políticas das duas regiões, reunidos nas Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado nos dias 14 em Canoinhas e 15 em Joinville, reiteraram apoio ao processo como forma de democratizar a destinação dos recursos públicos. O deputado João Rosa (PTB), que preside a Comissão do OR, acredita que a idéia está sendo amadurecida entre os políticos e na sociedade, enquanto o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), disse que o Executivo cedeu às pressões dos parlamentares ao enviar dotação específica à Casa em relação ao Orçamento Regionalizado. Considera que os governantes que não se adaptarem à nova cultura estarão agindo na contramão da história.

O prefeito de Canoinhas, Orlando Krautler (PFL), lembrou que há 66 anos, com a decisão federal de que as terras da região pertenciam a Santa Catarina, em decorrência da Guerra do Contestado, o governo tem uma dívida com a população do Planalto Norte. "Como ter progresso se o mínimo não é atendido? Não queremos esmola, apenas o que é de direito, para que a desesperança não se perpetue nesta região



(foto: Jonas Lemos Campos)

Parlamentares discutem Orçamento em Joinville

pobre", protestou. Os deputados Francisco de Assis (PT) e Jaime Mantelli (PDT) citaram experiências de municípios que adotaram a iniciativa de participação popular no Orçamento.

O município anfitrião escolheu como prioridades a construção do Aeroporto Regional, melhorias e ampliação do Hospital Santa Cruz, infraestrutura urbana, patrulha agrícola e terminal urbano. O prefeito de Irineópolis, Oscar Grossl (PPB), foi eleito titular do Conselho do Orçamento Regionalizado do Norte do Estado, sendo que o suplente será o prefeito de Porto União, Eliseu Mibach (PMDB).

Joinville

O deputado federal Carlito Merss (PT), autor do projeto de lei que deu origem ao Orçamento Regionalizado, ressaltou que a saída para o País passa pelo conhecimento do orçamento do município pelo cidadão comum, lamentando que a lei de responsabilidade fiscal, em tramitação no Congresso Nacional e que serve para fiscalizar a execução orçamentária, é dura com prefeitos e governadores e flexível com a União.

Declarando-se adepto do orçamento participativo, o prefeito de Jaraguá do Sul, Irineu Pasold (PSDB), frisou que, com o aumento de cargos das Prefeituras, é fun-

damental a interferência da população na definição das obras. O líder do PT, deputado Francisco de Assis, criticou a ausência do prefeito local, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), no evento, e o deputado Ivo Konell (PMDB) informou que a cifra de R\$ 30 milhões para o próximo ano pode ser alcançada através de suplementação por excesso de arrecadação da receita estadual. O deputado Adelor Vieira (PFL) frisou que a discussão do OR deve chegar a todos os segmentos da sociedade, enquanto os deputados Jaime Duarte (PPS) e Nilson Gonçalves (PFL) relataram que, quando vereadores em Joinville, lutaram pelo orçamento participativo.

Como titular do Conselho da região Nordeste foi eleito o prefeito de Araquari, Francisco Garcia (PFL), além do suplente Irineu Pasold (PSDB), prefeito de Jaraguá do Sul.

As Audiências Públicas prosseguem nessa semana em Rio do Sul (21) e em Brusque (22).

Agenda

Dia 21, às 9:30 horas, Audiência Pública do Orçamento Estadual Regionalizado, em Rio do Sul.
Local: Auditório da Unidavi

Dia 22, às 9:30 horas, Audiência Pública do Orçamento Estadual Regionalizado, em Brusque.
Local: FEBE

Dia 25, às 8 horas, CPI do BESC, diligência externa dos deputados à sede do banco.

Dia 25, às 17 horas, reunião para definir os próximos passos da CPI do BESC.
Local: Sala das Comissões

Dia 26, às 18:30 horas, Sessão Solene pelo centenário da morte de Hermann Blumenau.
Local: Plenário